



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 89, DE 2020

(Da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende)

Acrescenta parágrafos ao art. 48 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a tramitação simplificada de pedidos de revalidação de diplomas de graduação e de reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado oriundos de cursos e programas estrangeiros, nos casos que especifica.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-7841/2014.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 48

.....

§ 4º Terão tramitação simplificada:

I - os pedidos de revalidação de diplomas de graduação:

a) oriundos de cursos ou programas estrangeiros indicados em lista específica produzida pelo Ministério da Educação, cujos diplomas já tenham sido submetidos a três análises por instituições revalidadoras diferentes, com revalidação deferida de forma plena, sem a realização de atividades complementares.

b) obtidos em cursos de instituições estrangeiras acreditados no âmbito da avaliação do Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul - Sistema Arcu-Sul;

c) obtidos em cursos ou programas estrangeiros que tenham recebido estudantes com bolsa concedida por agência governamental brasileira no prazo de seis anos;

d) obtidos por meio do Módulo Internacional no âmbito do Programa Universidade para Todos — Prouni, conforme regulamentação específica.

II – os pedidos de reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado:

a) oriundos de cursos ou programas estrangeiros indicados em lista específica produzida pelo Ministério da Educação, cujos diplomas já tenham sido submetidos a três análises por instituições reconhecedoras diferentes, com reconhecimento deferido de forma plena, sem a realização de atividades complementares.

b) obtidos em cursos ou programas estrangeiros relacionados em lista específica produzida pelo Ministério da Educação, que receberam estudantes com bolsa concedida por agência governamental brasileira;

c) obtidos no exterior em programa para o qual haja acordo de dupla titulação com programa de pós-graduação stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) do Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliado e recomendado pela Capes, cabendo ao programa brasileiro prestar as informações necessárias ao Ministério da Educação.

§ 5º A tramitação simplificada, referida no § 4º:

I - corresponderá, exclusivamente, à verificação da documentação comprobatória da diplomação no curso ou programa, apresentada na

forma especificada em regulamento, e prescindirá de análise aprofundada ou processo avaliativo específico.

II – transcorrerá, no âmbito da instituição revalidadora, no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da data de abertura do processo”. (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2016, o Ministério da Educação editou a Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro daquele ano, com o objetivo de agilizar os processos de revalidação de diplomas de graduação e de reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado oriundos de cursos e programas estrangeiros, cuja qualidade, já reconhecida de diversas formas no contexto brasileiro, dispensaria os alongados procedimentos a que normalmente são submetidos nas universidades públicas.

Entre esses casos, inserem-se cursos e programas estrangeiros cujos diplomas já tenham sido reiteradamente revalidados sem restrições; cuja qualidade tenha levado à concessão de bolsas de estudos por agências de fomento nacionais; ou inseridos em acordos internacionais de acreditação ou de dupla titulação.

A edição da Portaria, contudo, não parece ter tido força normativa suficiente para resultar em mudança significativa na análise desses processos. Chegam a esta Casa Legislativa notícias de que muitos ainda apresentam tramitação demorada, exigências excessivas, até mesmo quando se trata de instituições internacionais de prestígio acadêmico e científico inquestionável.

O objetivo da presente proposição é elevar ao status de lei ordinária um oportuno conjunto de normas que presentemente se situa apenas no nível regulamentar. O benefício esperado é o de que os profissionais interessados venham a obter com maior celeridade a revalidação ou o reconhecimento de seus diplomas, de modo que venham a contribuir mais imediatamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Isto se aplica tanto para estudantes brasileiros no exterior, como para estrangeiros profissionalmente qualificados que vierem a residir no território nacional.

Estou segura de que o mérito da iniciativa haverá de receber o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 2020.

Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

TÍTULO V
DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

.....

CAPÍTULO IV
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

.....

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

§ 4º [\(VETADO na Lei nº 13.958, de 18/12/2019, e na Lei nº 13.959, de 18/12/2019\)](#)

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.

.....

.....

PORTARIA NORMATIVA Nº 22, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas

de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e na Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por instituições estrangeiras de educação superior e pesquisa, legalmente constituídas para esse fim em seus países de origem, poderão ser declarados equivalentes aos concedidos no Brasil e hábeis para os fins previstos em lei, mediante processo de revalidação e de reconhecimento, respectivamente, por instituição de educação superior brasileira, nos termos desta Portaria.

§ 1º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 2º Os diplomas de mestrado e de doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

§ 3º A revalidação e o reconhecimento de diplomas obtidos em instituições estrangeiras caracterizam função pública necessária das universidades públicas e privadas integrantes do sistema de revalidação de títulos estrangeiros.

Art. 2º Os processos de revalidação e de reconhecimento devem ser fundamentados em análise relativa ao mérito e às condições acadêmicas do curso ou programa efetivamente cursado pelo interessado e, quando for o caso, no desempenho global da instituição ofertante, levando em consideração diferenças existentes entre as formas de funcionamento dos sistemas educacionais, das instituições e dos cursos em países distintos.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
